



SIMULADO ESPECIAL

TJ RJ

Analista Judiciário
Grupo: Nível Superior - Sem Especialidade
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TJ-RJ**, cargo de **Analista Judiciário - Nível Superior - Sem Especialidade**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/3CpZtvEDrv5n4RRg8>

01 - (A B C D E)	15 - (A B C D E)	29 - (A B C D E)	43 - (A B C D E)	57 - (A B C D E)
02 - (A B C D E)	16 - (A B C D E)	30 - (A B C D E)	44 - (A B C D E)	58 - (A B C D E)
03 - (A B C D E)	17 - (A B C D E)	31 - (A B C D E)	45 - (A B C D E)	59 - (A B C D E)
04 - (A B C D E)	18 - (A B C D E)	32 - (A B C D E)	46 - (A B C D E)	60 - (A B C D E)
05 - (A B C D E)	19 - (A B C D E)	33 - (A B C D E)	47 - (A B C D E)	61 - (A B C D E)
06 - (A B C D E)	20 - (A B C D E)	34 - (A B C D E)	48 - (A B C D E)	62 - (A B C D E)
07 - (A B C D E)	21 - (A B C D E)	35 - (A B C D E)	49 - (A B C D E)	63 - (A B C D E)
08 - (A B C D E)	22 - (A B C D E)	36 - (A B C D E)	50 - (A B C D E)	64 - (A B C D E)
09 - (A B C D E)	23 - (A B C D E)	37 - (A B C D E)	51 - (A B C D E)	65 - (A B C D E)
10 - (A B C D E)	24 - (A B C D E)	38 - (A B C D E)	52 - (A B C D E)	66 - (A B C D E)
11 - (A B C D E)	25 - (A B C D E)	39 - (A B C D E)	53 - (A B C D E)	67 - (A B C D E)
12 - (A B C D E)	26 - (A B C D E)	40 - (A B C D E)	54 - (A B C D E)	68 - (A B C D E)
13 - (A B C D E)	27 - (A B C D E)	41 - (A B C D E)	55 - (A B C D E)	69 - (A B C D E)
14 - (A B C D E)	28 - (A B C D E)	42 - (A B C D E)	56 - (A B C D E)	70 - (A B C D E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/uTKg>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***Prefácio**

Durante a era McCarthy, a agonia e a humilhação que Robert Oppenheimer enfrentou em 1954 não foram exclusivas. Todavia, no papel de acusado, ele era incomparável. Era o Prometeu americano, “o pai da bomba atômica”, o homem que liderara os esforços para extrair da natureza o prodigioso fogo do Sol em favor dos Estados Unidos durante a guerra.

Nesses tempos pós-11 de Setembro, vale a pena recordar que, na aurora da era nuclear, o pai da bomba atômica nos advertiu de que se tratava de uma arma de terror indiscriminado, que de maneira imediata tornou os Estados Unidos mais vulneráveis a ataques arbitrários. Para Oppenheimer, a única defesa contra o terrorismo nuclear era a eliminação das armas nucleares. As advertências do cientista foram ignoradas – e, em última instância, ele foi silenciado. Como o semideus rebelde grego Prometeu, que roubou o fogo de Zeus e o entregou à humanidade, Oppenheimer nos deu o fogo atômico. Contudo, quando tentou controlá-lo, quando buscou nos dar consciência dos terríveis perigos que representava, os poderes maiores, como Zeus, se ergueram em ira para puni-lo.

(BIRD, Kai; SHERWIN, Martin J. **Oppenheimer**: o triunfo e a tragédia do Prometeu americano. Trad. George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2023, p. 11-15. *Adaptado.*)

1. De acordo com o texto, assinale a afirmativa correta.

- a) A menção a Prometeu serve apenas para enaltecer a genialidade de Oppenheimer.
- b) Oppenheimer foi punido por ter se arrependido de criar a bomba atômica e tentar alertar sobre seus riscos.
- c) O texto compara Oppenheimer a Prometeu por ambos terem desafiado poderes superiores e sido castigados.
- d) A punição de Oppenheimer ocorreu porque ele tentou negar sua contribuição para a vitória americana.

e) O cientista acreditava que as armas nucleares tornariam os Estados Unidos mais seguros contra ataques

2. Podemos inferir algumas informações de outras que são dadas no texto.

Assinale a única inferência a seguir que se mostra **inadequada**.

- a) “a agonia e a humilhação que Robert Oppenheimer enfrentou em 1954 não foram exclusivas.” / Oppenheimer não foi o único cientista a sofrer perseguições políticas naquele ano.
- b) “Era o Prometeu americano, ‘o pai da bomba atômica’, o homem que liderara os esforços...” / O texto destaca tanto a genialidade científica de Oppenheimer quanto o poder simbólico de sua criação.
- c) “o pai da bomba atômica nos advertiu de que se tratava de uma arma de terror indiscriminado [...] tornou os Estados Unidos mais vulneráveis a ataques arbitrários.” / Oppenheimer percebeu a bomba atômica como instrumento de defesa e de ameaça à própria segurança nacional.
- d) “As advertências do cientista foram ignoradas – e, em última instância, ele foi silenciado.” / Oppenheimer foi marginalizado por autoridades que preferiam manter o poder militar adquirido.
- e) “Como o semideus rebelde grego Prometeu [...] os poderes maiores, como Zeus, se ergueram em ira para puni-lo.” / Oppenheimer foi punido por ter tentado se eximir de responsabilidades morais, buscando transferir a culpa pela bomba para os governantes

3. Leia o texto a seguir.

Era o Prometeu americano, “o pai da bomba atômica”, o homem que liderara os esforços para extrair da natureza o prodigioso fogo do Sol em favor dos Estados Unidos durante a guerra.

Sobre a significação e a estruturação desse pequeno texto, assinale a afirmativa correta.

- a) Mostra um texto narrativo, com relato de um fato e marcas temporais no passado.
- b) O verbo “era” e as expressões qualificadoras indicam predomínio da descrição do cientista.
- c) A enumeração dos feitos de Oppenheimer caracteriza uma estrutura expositiva.
- d) As metáforas e as expressões valorativas configuram a tese sobre a moralidade da ciência.
- e) No texto, o narrador orienta o leitor a adotar uma posição crítica sobre a guerra

4. Todos os textos abaixo mostram argumentos em defesa de uma tese.

O argumento utilizado está corretamente identificado em:

- a) “As redes sociais têm deixado os jovens mais impacientes, pois o cérebro humano não foi criado para processar tantas informações simultâneas.” / argumento baseado em exemplificação.
- b) “Segundo levantamento recente, oito em cada dez brasileiros afirmam sentir medo ao andar à noite nas grandes cidades.” / argumento de autoridade.
- c) “Os países mais desenvolvidos conseguiram controlar a inflação porque adotaram políticas liberais; por isso, o Brasil também deveria seguir esse caminho.” / argumento baseado em causa e efeito.
- d) “Um político de carreira, em geral, pensa primeiro na própria reeleição e só depois no interesse público.” / argumento baseado em analogia.
- e) “O aumento da criminalidade ocorre quando há crise econômica, como se observa em várias regiões do país.” / argumento baseado em opinião

5. Em todas as opções abaixo são citadas falácias argumentativas, seguidas de um exemplo correspondente. A opção em que o exemplo NÃO exemplifica a falácia anterior é:

- a) falsa relação entre causa e efeito: “Desde que o novo treinador assumiu, o time começou a vencer; portanto, o sucesso se deve exclusivamente a ele.”
- b) falsa analogia: “Ensinar uma criança é como programar um computador: se você inserir os comandos certos, ela funcionará perfeitamente.”
- c) generalização excessiva: “Conversei com dois servidores públicos que eram desmotivados; por isso, o funcionalismo é ineficiente.”
- d) simplificação exagerada: “Devemos discutir o aumento das passagens de ônibus, mas antes é importante lembrar que o transporte coletivo é uma invenção do século XIX.”
- e) círculo vicioso: “A economia está em crise porque o país vive um momento de instabilidade econômica.”

6. Assinale a frase que mostra a presença da função metalinguística de linguagem.

- a) O silêncio também pode dizer tudo.
- b) Chamar de ‘breve’ o que dura anos é pura ironia.
- c) O tempo é o escultor de todas as faces.
- d) O coração fala antes que a boca se abra.
- e) Quem ensina, aprende duas vezes

7. Assinale a opção que apresenta a frase em que o termo sublinhado mostra valor figurado (não lógico).

- a) O diretor certamente pedirá cabeças após o fracasso do projeto.
- b) O jardineiro precisa aparar os capítulos das flores murchas.
- c) Muito sangue correu pelo ferimento do paciente.
- d) Feche as janelas ou o vento apagará as velas.
- e) O governo tenta conter o incêndio político antes das eleições

8. Quanto à colocação do pronome pessoal oblíquo, assinale a frase incorreta.

- a) Não se deve interromper quem está falando.
- b) Cumpru-se o que havia prometido.
- c) Tudo se resolveu mais rápido do que esperávamos.
- d) Precisa-se de funcionários que se dediquem ao trabalho.
- e) Tinha dito-me que voltaria ainda ontem

9. Entre as frases a seguir, assinale aquela que mostra o acento grave indicativo da crase num contexto em que seu uso é optativo.

- a) O diretor fez referência às pesquisas que foram conduzidas pelos estagiários.
- b) O projeto será entregue à tarde ou no início da noite.
- c) Enviar-se-ão convites para o evento beneficente à sua família.
- d) À medida que o tempo passava, crescia a ansiedade dos candidatos.
- e) O ministro referiu-se à proposta que não chegou a ser votada

10. Entre as frases abaixo, há uma em que foi mal-feita a concordância do termo sublinhado; assinale essa frase.

- a) Falta aos dois textos alguma informação que os tornaria mais convincentes.
- b) Cumpru-se, naquela interminável cerimônia, todas as etapas do protocolo oficial.
- c) Os princípios que sustentam a decisão anterior permanecem firmes.
- d) As diversas tentativas de reconciliação do grupo já se esgotaram.
- e) Chegaram cedo à reunião vespertina os diretores e os assessores jurídicos

11. Assinale a frase em que o termo destacado é um complemento e não um adjunto.

- a) O medo de errar paralisou o jovem diante do desafio.
- b) O livro de história que encontrei na biblioteca é raro.
- c) A coragem do soldado impressionou a todos.
- d) A janela da sala está aberta desde ontem.
- e) O professor de português corrigiu os exercícios com atenção

12. Assinale a frase abaixo que está corretamente pontuada.

- a) A crise, que assolou o país, exigiu, medidas urgentes de todos os setores.
- b) Os livros antigos, com capas desgastadas e páginas amareladas, encantam os colecionadores.
- c) Não adianta, reclamar, discutir ou esperar milagres.
- d) O ministro, ao discursar, enfatizou a importância, da educação pública.
- e) A decisão, tomada rapidamente deixou muitos surpresos

13. Assinale a frase em que o termo sublinhado não se repete de nenhum modo.

- a) O rio transbordou depois da chuva, mas suas águas não alagaram o campo.
- b) Cada livro que leio me faz refletir sobre outros.
- c) Os amigos chegaram cedo, mas só os de sempre ficaram.
- d) A estrela brilhava intensamente no céu, encantando todos que a observavam.
- e) O vento assobiava entre as ruas desertas, trazendo um frio cortante

14. Um pleonasma é uma figura que repete termos; um anacoluto é marcado por uma interrupção.

A frase abaixo que contém um anacoluto, e não um pleonasma, é:

- a) Da vida, nada se leva dela.
- b) O bolo, achei-o muito bem recheado e macio.
- c) Minhas roupas seminovas, aceite-as. Eu não as uso mesmo.
- d) As tecnologias de hoje, não se pode confiar.
- e) Às pessoas medíocres, bastam-lhes as superficialidades

15. Assinale a frase em que a preposição sublinhada tem valor nocional ou semântico, ou seja, não é exigida por um termo anterior.

- a) Todos os participantes obedeceram a instruções rigorosas da organização.
- b) Não sabia se ela se referia a Campinas.
- c) O livro foi recomendado por todos os professores da disciplina.
- d) Ela gosta muito de filmes antigos e costuma assistir toda semana.
- e) O cientista preocupou-se com os resultados preliminares da pesquisa

16. Assinale a frase em que, segundo a norma culta tradicional, houve troca indevida entre os pronomes **O** / **LHE**.

- a) Ela finalmente o reconheceu na multidão.
- b) O presente o agradou muito.
- c) Prometi recompensa e lhe dei todo o carinho que merecia.
- d) O juiz o condenou por fraude.
- e) O filho sempre lhe obedece, pois confia nos conselhos da mãe

17. Observe as frases a seguir:

I. Como se preparou muito, passou no exame sem dificuldade.

II. Ela resolveu o problema como um verdadeiro especialista.

III. Recebi o convite, como havia previsto anteriormente.

Sobre os elementos destacados, é correto afirmar que:

- a) em I, somente, tem valor de modo.
- b) em II, somente, expressa causa.
- c) em III, somente, indica conformidade.
- d) em II e III, somente, atuam como preposição.
- e) em I e II, somente, trata-se de advérbio

18. Leia a frase a seguir.

“Nos corredores dos poderes, a ética política permanece como guia.”

Assinale a opção que mostra a forma de reescrever essa frase que modifica o seu sentido original.

- a) A ética política, nos corredores dos poderes, permanece como guia.
- b) A ética política permanece como guia, nos corredores dos poderes.
- c) Nos corredores dos poderes, permanece como guia a ética política.
- d) Nos poderes dos corredores, a ética política permanece como guia.
- e) Permanece como guia, nos corredores dos poderes, a ética política.

19. Assinale a frase estruturada na voz passiva.

- a) A decisão tomada pelo comitê surpreendeu os participantes.
- b) Confia-se nos resultados apresentados pelos especialistas.
- c) Iluminou-se o espetáculo de forma encantadora.
- d) Orgulha-se das conquistas acadêmicas.
- e) Os formandos abraçaram-se ao final da cerimônia

20. Assinale a frase que está expressa em *discurso indireto*.

- a) “Quem planta colhe”, diz a sabedoria popular.
- b) “Nunca desista de seus sonhos”, eu sempre digo.
- c) Relataram que os alunos participaram ativamente da feira de ciências.
- d) O sol se põe no horizonte, tingindo o céu de cores vibrantes.
- e) Viajar abre a mente e transforma a visão de mundo

NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Lilian Novakoski

21. De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a deficiência é:

- a) A limitação física ou mental que impeça o desempenho de atividades laborais.
- b) A limitação de longo prazo que impossibilite a pessoa de exercer plenamente seus direitos.
- c) O impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com barreiras, possa obstruir a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- d) A incapacidade total e permanente de exercer atos da vida civil.
- e) O comprometimento físico ou mental diagnosticado por laudo médico pericial.

22. No tocante ao direito ao trabalho da pessoa com deficiência, assinale a alternativa correta.

- a) A pessoa com deficiência pode ser admitida apenas em empresas públicas e autarquias.
- b) É vedada a participação de pessoas com deficiência em concursos públicos.
- c) As pessoas jurídicas de direito público e privado devem garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.
- d) A reserva de cargos em empresas privadas é facultativa e depende de laudo médico do empregador.
- e) A readaptação funcional é proibida no serviço público.

23. A acessibilidade, segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, é um direito que visa:

- a) Garantia somente o acesso físico a prédios públicos e privados.
- b) A supressão das barreiras atitudinais e tecnológicas apenas em instituições públicas.
- c) Assegurar condições para que a pessoa com deficiência possa viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida.
- d) Garantir isenção de tributos e benefícios previdenciários às pessoas com deficiência.
- e) Limitar-se à comunicação e transporte público.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL*Tiago Zanolla*

24. Durante auditoria administrativa na Secretaria de Planejamento, foram identificadas as seguintes situações envolvendo servidores estaduais:

- I. Marta foi nomeada para cargo efetivo e, após publicação do ato de nomeação, apresentou-se ao órgão setorial de pessoal após 35 dias. Alegou que o atraso decorrera de viagem familiar e requereu o cômputo integral do período como de efetivo exercício.
- II. Paulo foi transferido de unidade administrativa e, por motivo de licença médica, iniciou o exercício dez dias após o término do impedimento. A autoridade competente havia autorizado a prorrogação do prazo, conforme solicitação formal.
- III. Carlos, servidor removido para outra unidade administrativa, reiniciou suas atividades no quinto dia após a publicação do ato, e o período entre a remoção e o novo início foi considerado como trânsito computável para todos os efeitos.
- IV. Helena, servidora estável, foi afastada do exercício de seu cargo por ter sido denunciada criminalmente por crime inafiançável, permanecendo afastada até decisão judicial definitiva.

Considerando apenas o texto legal transcrito (arts. 67 a 75 do Decreto nº 2.479/1979), assinale a alternativa correta quanto à regularidade das situações descritas.

- a) Somente os casos II e IV observam integralmente as disposições do Estatuto.
- b) Somente os casos I e III estão em conformidade com as normas sobre exercício e afastamento.
- c) Os casos II, III e IV estão corretos; o caso I contraria o prazo legal de exercício.
- d) Apenas o caso IV é regular, pois os demais ferem prazos de início ou reinício de exercício.
- e) Todos os casos estão em conformidade com o Estatuto, pois há previsão de prorrogação e de trânsito em cada hipótese.

25. Durante uma auditoria interna, buscou-se identificar qual órgão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) seria competente para cada uma das seguintes atribuições:

- I. Deliberar sobre a organização da Justiça Estadual, delegando, quando possível, atribuições não privativas.
- II. Exercer atribuições administrativas e jurisdicionais conforme o disposto no Regimento Interno.
- III. Promover o aperfeiçoamento técnico e profissional dos servidores do Poder Judiciário fluminense.
- IV. Formar e aperfeiçoar Magistrados de forma continuada.
- V. Administrar receitas vinculadas à modernização e ao aparelhamento do Poder Judiciário.

Com base exclusivamente na Lei nº 10.633/2024, assinale a alternativa correta quanto à vinculação de cada função ao órgão competente.

- a) I – Órgão Especial; II – Tribunal Pleno; III – EMERJ; IV – ESAJ; V – Fundo Especial do Tribunal de Justiça.
- b) I – Conselho da Magistratura; II – Tribunal Pleno; III – EMERJ; IV – EMEDI; V – Fundo da EMERJ.
- c) I – Tribunal Pleno; II – Órgão Especial; III – ESAJ; IV – EMERJ; V – Fundo Especial do Tribunal de Justiça.
- d) I – Órgão Especial; II – Conselho da Magistratura; III – EMEDI; IV – ESAJ; V – Fundo da EMERJ.
- e) I – Tribunal Pleno; II – Conselho da Magistratura; III – ESAJ; IV – EMERJ; V – Fundo da EMERJ.

26. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o Órgão Especial atua por delegação do Tribunal Pleno e possui composição e funcionamento próprios.

Sobre esse órgão, assinale a alternativa correta.

- a) O Órgão Especial é composto por 30 Desembargadores, sendo metade escolhida por antiguidade e metade por eleição.
- b) O quórum mínimo para instalação das sessões é de 10 Desembargadores, e suas deliberações exigem maioria absoluta dos presentes.
- c) As sessões do Órgão Especial somente poderão ocorrer de forma presencial, sendo vedadas modalidades híbridas ou virtuais.
- d) O Órgão Especial é composto por 25 Desembargadores, sendo 13 escolhidos por antiguidade e 12 por eleição, presidido pelo Presidente do Tribunal, e suas deliberações são tomadas por maioria simples.
- e) As vagas destinadas aos Desembargadores oriundos do quinto constitucional são todas preenchidas por eleição direta entre os pares da classe correspondente.

27. De acordo com o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Parte Judicial), o Corregedor-Geral, no exercício de suas funções, poderá expedir diversos atos normativos e administrativos.

Nessa perspectiva, assinale a alternativa correta.

- a) O aviso é o ato por meio do qual a Corregedoria aplica disposições legais a casos concretos e delega competência para o desempenho de funções específicas.
- b) A portaria é o instrumento utilizado para transmitir ordens uniformes aos subordinados da unidade organizacional, com a finalidade de organizar rotinas internas.
- c) O provimento é o ato de caráter normativo interno e externo, destinado a regulamentar disposições legais e consolidar normas sobre as serventias judiciais e seus serviços.

d) A ordem de serviço é o instrumento voltado à divulgação externa de instruções e orientações uniformizadas para grupos de magistrados e servidores.

e) O ato reservado é o instrumento de caráter público, utilizado para dar ciência a todos os servidores sobre decisões judiciais de repercussão geral.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Rodrigo Bet

28. Gabriel, servidor público do estado do Rio de Janeiro, manifestou dúvidas quanto às aplicações da Lei de Improbidade Administrativa. Enquanto recorria ao normativo, em busca de melhor compreender as disposições gerais, apresentou dúvidas sobre quais eram os corretos. Com base nesse contexto, é correto afirmar que:

- a) Aplicam-se ao sistema da improbidade disciplinado os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.
- b) Estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, apenas fiscal, de entes públicos ou governamentais.
- c) Consideram-se agente público, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades. No entanto, não se pode considerar o agente político nessa classificação.
- d) As disposições da Lei não podem ser aplicáveis, àquele que, não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.
- e) Em quaisquer casos, os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica.

29. Ana, Auditora Federal, em razão de conduta culposa, acabou facilitando para que informações sigilosas do órgão no qual era servidora viessem a público. Tal conduta possibilitou que terceiros obtivessem vantagem indevida decorrente do uso de informação privilegiada.

À luz do que dispõe a Lei nº 8.429/1992, que trata dos atos de improbidade administrativa, é correto afirmar que Ana:

- a) poderá ser condenada à perda da função pública, em razão da violação do dever de sigilo e da lesão à moralidade administrativa.
- b) ficará sujeita à aplicação de multa civil de até vinte e quatro vezes o valor de sua remuneração mensal, conforme previsto para atos que atentam contra os princípios da Administração Pública.
- c) poderá ser proibida de contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais e creditícios pelo prazo de até quatorze anos, em razão da gravidade do ato praticado.
- d) não poderá ser punido no âmbito da improbidade administrativa.
- e) estará sujeita à suspensão dos direitos políticos por até doze anos, em decorrência da prática de ato de improbidade que viola os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições.

30. 1º caso: Miguel, Juiz do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, utiliza em obra, bem móvel, de propriedade do órgão público ao qual representa, bem como aproveita do trabalho de terceiros contratados por essa entidade, para terminar a construção de um empreendimento pessoal no ramo de imóveis;

2º caso: Júlia, Procuradora do Estado do Rio de Janeiro, permite a utilização, em obra particular, de veículos e máquinas, de propriedade do órgão ao qual representa, para realizar o recapeamento da rua onde está localizada sua casa de veraneio.

Adotando como base a Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que:

- a) no 1º caso, está-se diante de um ato que causa prejuízo ao erário. Por sua vez, o 2º caso caracteriza um ato de enriquecimento ilícito.
 - b) tanto no 1º como no 2º caso, está-se diante de um ato que causa prejuízo ao erário.
 - c) tanto no 1º como no 2º caso, está-se diante de um ato de enriquecimento ilícito.
 - d) de acordo com a legislação mencionada, ambas situações apresentam-se como corretas.
 - e) no 1º caso, está-se diante de um ato de enriquecimento ilícito. Por sua vez, o 2º caso caracteriza um ato que causa prejuízo ao erário.
-

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO ADMINISTRATIVO***Antônio Daud*

31. Durante recente operação policial em uma comunidade na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu uma intensa troca de tiros entre policiais e criminosos. Maria, moradora local que estava dentro de sua casa, foi atingida e veio a óbito. A perícia constatou que o projétil que a atingiu partiu de uma arma de fogo de uso da polícia.

Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre responsabilidade civil do Estado, a situação hipotética configura:

- a) responsabilidade subjetiva do Estado, sendo necessária a comprovação de dolo ou culpa do agente policial.
- b) ausência de responsabilidade do Estado, por se tratar de caso fortuito externo, excludente de nexo causal.
- c) responsabilidade objetiva do Estado, independentemente da existência de culpa do agente público.
- d) responsabilidade do Estado condicionada à comprovação de que a operação policial foi mal planejada.
- e) ausência de responsabilidade do Estado, pois o dano decorreu de ato de terceiro (criminosos), que iniciou o confronto.

32. O setor de almoxarifado do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro identificou a necessidade de adquirir, com urgência, novas resmas de papel A4 para suprir a demanda imediata das secretarias que ainda não utilizam o sistema eletrônico de processos, cujo valor total estimado é de R\$ 45.000,00. O gestor responsável, visando à celeridade, cogitou realizar uma contratação direta.

Considerando a situação hipotética e as disposições da Lei nº 14.133/2021, assinale a afirmativa correta.

- a) A contratação direta é inviável, pois o valor supera o limite para dispensa de licitação em razão do valor para serviços e compras em geral.
- b) A contratação deve ser feita por dispensa de licitação, pois o valor se enquadra no limite de R\$ 50.000,00 para obras e serviços de engenharia.
- c) A contratação direta por dispensa de licitação é possível, pois o valor de R\$ 45.000,00 está abaixo do limite legal para compras em geral.
- d) A licitação é obrigatória, devendo ser realizada na modalidade convite, por se tratar de compra de bem de natureza comum.
- e) A contratação direta é permitida, mas apenas se fosse para a aquisição de materiais para uso pelas Forças Armadas.

33. Um desembargador de determinado Tribunal de Justiça nomeia seu sobrinho, recém-formado em direito e sem qualquer experiência prévia, para um cargo em comissão de chefe de gabinete em seu próprio gabinete, com elevada remuneração.

De acordo com a Lei nº 8.429/1992 e a Súmula Vinculante nº 13 do STF, tal conduta caracteriza, em tese, ato de improbidade administrativa que:

- a) causa lesão ao erário, pois o nomeado não possui qualificação técnica para o cargo.
- b) importa enriquecimento ilícito, pois o sobrinho auferiu vantagem patrimonial indevida.
- c) atenta contra os princípios da administração pública, notadamente a moralidade e a impessoalidade.
- d) não configura improbidade, pois a nomeação para cargos em comissão é ato discricionário da autoridade.
- e) configura mera irregularidade administrativa, sanável com a exoneração do servidor nomeado.

34. Considerando que, no bojo de um processo administrativo regido pela Lei federal 9.784/1999, determinado interessado tenha interposto recurso perante órgão incompetente. Nesta situação, é correto afirmar que o recurso:

- a) não será conhecido, devendo-se indicar ao recorrente a autoridade competente, sendo-lhe devolvido o prazo para recurso.
- b) será conhecido, caso veicule pretensão juridicamente válida, dado o princípio da instrumentalidade das formas.
- c) não será conhecido, devendo-se indicar ao recorrente a autoridade competente, não lhe sendo devolvido o prazo para recurso.
- d) não será conhecido, impedindo a Administração de rever de ofício o caso.
- e) não será conhecido, devendo a Administração encaminhar de ofício o recurso ao órgão competente.

35. Iranildo, candidato ao concurso de analista de determinado tribunal de justiça, estudava sobre os serviços públicos de competência dos Estados, tendo exemplificado corretamente o seguinte serviço:

- a) defesa nacional.
- b) serviços de geração e transmissão de energia elétrica.
- c) transporte internacional de passageiros.
- d) transporte coletivo municipal.
- e) serviços locais de gás canalizado.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

36. Em ação civil pública, discutiu-se incidentalmente a compatibilidade da Lei Municipal nº 1.234/2011 (Município de Delta) com a Constituição. O ponto controvertido era saber se esse diploma poderia continuar sendo aplicado diante do Art. 22-B da Emenda Constitucional nº 120/2022, dispositivo de eficácia limitada, com conteúdo programático, que passou a traçar diretrizes gerais sobre a matéria regulada pelo Município.

Ao decidir, o juízo competente afirmou, corretamente, que:

- a) por possuir eficácia limitada, o Art. 22-B não interfere na aplicação da Lei Municipal nº 1.234/2011;
- b) mesmo carecendo de lei integradora, o Art. 22-B revogou a Lei Municipal nº 1.234/2011;
- c) a eventual revogação/invalidade da Lei Municipal nº 1.234/2011 depende da lei que vier a integrar a eficácia do Art. 22-B, a partir da qual se fará o cotejo de compatibilidade;
- d) a verificação dessa compatibilidade somente poderia ocorrer por meio de ADPF, sendo incabível o controle incidental;
- e) por se tratar de princípio programático, o Art. 22-B tem mera função político-orientadora e só pode ser comparado com norma igualmente programática.

37. Após regular trâmite de ação penal, com observância do contraditório e da ampla defesa, transitou em julgado a sentença que condenou Carlos pela prática de crime contra a honra. A pena privativa de liberdade foi substituída por prestação de serviços à comunidade, em entidade pública designada pelo juízo da execução penal.

À luz da Constituição Federal, é correto afirmar que, durante o período em que Carlos estiver cumprindo a pena restritiva de direitos, ele:

- a) poderá propor ação popular, por se tratar de direito político ativo vinculado à cidadania.
- b) ficará inabilitado para o exercício de qualquer cargo, emprego ou função pública.
- c) poderá exercer todos os direitos políticos, uma vez que não houve execução de pena privativa de liberdade.
- d) poderá assumir cargo público, desde que aprovado em concurso e preenchidos os demais requisitos legais.
- e) manterá seus direitos políticos intactos, pois a pena restritiva de direitos não implica suspensão constitucional.

38. Durante o período de intervenção federal no Estado Beta, o Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional uma proposta de emenda à Constituição Federal, com a finalidade de cumprir compromissos assumidos durante sua campanha eleitoral.

Diante dessa situação e à luz do que dispõe a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- a) não é possível emendar a Constituição, pois a iniciativa de proposta de emenda exige o apoio mínimo de um terço dos parlamentares de cada Casa Legislativa.
- b) é possível a aprovação da proposta, desde que obtenha o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

c) a Constituição pode ser alterada, desde que o conteúdo da proposta não trate da forma federativa de Estado.

d) a proposta de emenda pode ser aprovada se contar com o apoio de dois terços dos senadores, em dois turnos de votação.

e) não poderá haver emenda constitucional enquanto perdurar a intervenção federal no país.

39. O Estado Beta aprovou a Lei nº 9.842/2025, de iniciativa parlamentar, que traça as linhas gerais de uma política pública de caráter prestacional. A execução da política, uma vez iniciada, implicará aumento de despesa, e a lei determinou que o Chefe do Poder Executivo deverá expedir regulamento para sua implementação.

À luz da Constituição de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) o tema deveria ter sido tratado por lei complementar.
- b) a iniciativa do projeto era privativa do Chefe do Executivo, por gerar aumento de gasto.
- c) a ordem para que o Chefe do Executivo regulamentasse a lei viola o princípio da separação dos poderes.
- d) a iniciativa era privativa do Chefe do Executivo por dispor sobre atribuições de órgãos administrativos.
- e) a Lei nº 9.842/2025 não padece de vício de iniciativa e, ao atribuir ao Executivo a tarefa de regulamentá-la, não ofende a separação de poderes.

40. O dever de motivar as decisões judiciais é instrumento essencial de controle democrático da jurisdição. Tornar explícitas as razões do convencimento do julgador permite aferir a correção e a concretude do provimento jurisdicional.

Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- a) A jurisprudência é pacífica ao reconhecer a nulidade da chamada fundamentação *per relationem*, quando o juiz adota como suas as razões do Ministério Público.
- b) O dever de motivação alcança apenas sentenças e acórdãos, não incidindo sobre decisões interlocutórias.
- c) Os julgamentos do Poder Judiciário são públicos e todas as decisões devem ser fundamentadas, sob pena de nulidade.
- d) Em feitos que tramitam em segredo de justiça, a exigência de fundamentação é afastada para resguardar a intimidade das partes ou o interesse público.
- e) Em nome da eficiência, é possível dispensar a fundamentação das decisões proferidas pelos tribunais.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

41. A Lei Orion foi publicada no Diário Oficial da União em 1º de março, sem estabelecer um prazo para o início de sua vigência. Em 12 de março, antes de começar a vigorar, houve nova publicação destinada a corrigir erros materiais do texto. A empresa Atlântica, com filial em Lisboa, pretende saber quando a lei passa a obrigá-la. Meses depois, em 20 de agosto, é editada a Lei Perseu, que regula por completo a mesma matéria tratada na Lei Orion, sem mencionar expressamente revogação. Em 15 de setembro, a Lei Perseu foi expressamente revogada, sem que o legislador se manifeste novamente sobre o assunto. Com base nessas informações, assinale a alternativa correta

- a) A vigência nacional da Lei Orion começa a contar em 1º de março, pois correção de texto não interfere no prazo.
- b) Para a filial em Lisboa, a obrigatoriedade da Lei Orion inicia-se 45 dias após 1º de março.
- c) A Lei Perseu revoga a Lei Orion, ainda que não declare isso expressamente.
- d) A perda de vigência da Lei Perseu faz com que a Lei Orion seja automaticamente restaurada.
- e) Como a Lei Perseu é especial e a Lei Orion é geral, ambas convivem e nenhuma revoga a outra.

42. Marina e Pedro, ambos adolescentes, querem antecipar a possibilidade de praticar todos os atos da vida civil e estudam as hipóteses legais de emancipação previstas no CC/2002. Após a leitura, selecionaram as situações abaixo como potenciais causas de cessação da incapacidade. Indique a opção correta.

- a) Abertura de pequeno negócio on-line em nome próprio, com movimentação financeira regular, bastando que o adolescente conte 14 anos e prove que se mantém com seus rendimentos.
- b) Concessão de emancipação por um dos pais mediante instrumento particular assinado em casa, valendo sem necessidade de homologação judicial.
- c) Assunção de emprego privado com carteira assinada em tempo integral, em empresa do setor varejista, com salário suficiente para a própria manutenção.
- d) Conclusão do ensino médio, com histórico escolar e certificado expedidos pela rede pública.
- e) Casamento civil regularmente celebrado, após a habilitação, ainda que tenha havido resistência de um dos pais, tendo suprimento judicial.

43. A sociedade Empresarial Delta Ltda., com capital social integralizado, possuía um único sócio-administrador, Pedro. Com a finalidade de evitar a execução de um credor trabalhista, Pedro ordenou a transferência de um significativo valor pertencente à Delta Ltda. para uma conta bancária pessoal de sua esposa. Além disso, a contabilidade revelou que os aluguéis de seu imóvel residencial vinham sendo pagos diretamente com recursos da sociedade há mais de três anos, caracterizando uma gestão promíscua das finanças. Diante da insuficiência de bens da sociedade para saldar o débito, o credor trabalhista requereu a desconsideração da personalidade jurídica da Empresa Delta Ltda. com o objetivo de atingir o patrimônio pessoal de Pedro.

Assinale a opção que apresenta o entendimento correto, à luz do Código Civil, sobre a desconsideração da personalidade jurídica no caso

- a) O pedido de desconsideração deve ser deferido, pois o desvio de finalidade e a confusão patrimonial são requisitos cumulativos para a aplicação do instituto, sendo ambos verificados no caso.
- b) O pedido de desconsideração deve ser indeferido, pois a insuficiência de bens da pessoa jurídica para satisfazer suas obrigações é, por si só, requisito fundamental para a aplicação da Teoria Menor, adotada pelo CC/2002.
- c) O pedido de desconsideração deve ser deferido, visto que o desvio de e a confusão patrimonial configuram abuso da personalidade jurídica.
- d) O pedido de desconsideração deve ser indeferido, uma vez que a desconsideração prevista no CC/2002 só pode ser aplicada para obrigações cíveis, não alcançando débitos de natureza trabalhista, que possuem regramento próprio.
- e) O pedido de desconsideração deve ser indeferido, pois o desvio de finalidade somente se caracteriza pelo uso da pessoa jurídica para lesar credores, o que não ocorreu, já que o débito se originou de uma relação de emprego lícita.

44. A inventariante de Paulo pretende oferecer, em garantia a um credor, os direitos hereditários referentes a um apartamento deixado pelo falecido. No mesmo processo, surgiram dúvidas sobre a natureza jurídica de outros itens: (i) energia elétrica fornecida ao imóvel; (ii) edificação pré-moldada que foi desmontada para remoção a outro terreno, mantendo sua unidade; (iii) materiais retirados provisoriamente do prédio para reemprego; (iv) créditos contratuais de aluguel vencido.

À luz do CC/2002, assinale a alternativa correta quanto à classificação dos bens envolvidos.

- a) Os direitos hereditários relativos ao apartamento têm natureza de bem imóvel para efeitos legais.
- b) A energia elétrica fornecida ao imóvel é considerada bem imóvel.
- c) A edificação desmontada e removida perde o caráter de imóvel.
- d) Os materiais provisoriamente separados do prédio para reemprego passam a ser móveis.
- e) Os créditos de aluguel qualificam-se como imóveis.

45. Durante a reforma de um imóvel rural, Carla escavou o quintal para instalar fossa séptica e, ao remover a terra, encontrou um cofre antigo contendo moedas valiosas, cuja existência era desconhecida dos proprietários anteriores. Após o achado, Carla comunicou o fato ao proprietário do imóvel e pretende adquirir a propriedade do conteúdo. À luz da teoria dos fatos jurídicos, assinale a alternativa correta sobre a natureza do fato e seus efeitos.

- a) Trata-se de fato jurídico em sentido estrito, pois prescinde completamente de conduta humana.
- b) É negócio jurídico, já que a aquisição depende da autonomia privada das partes envolvidas.
- c) É ato jurídico em sentido estrito, pois a eficácia decorre de manifestação consciente de vontade com efeitos pré-determinados.
- d) O fato é juridicamente inexistente, porque não houve declaração formal de vontade perante autoridade competente.
- e) O caso configura ato-fato jurídico, há conduta humana, mas a vontade é irrelevante para a consequência jurídica de aquisição, regida diretamente pela lei.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

46. Em determinada execução de título extrajudicial por quantia certa, o juízo determinou a citação do executado. De acordo com o Código de Processo Civil, caso na diligência o oficial de justiça não encontre o executado,

- a) arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução.
- b) deve tentar por mais duas vezes, antes de proceder com qualquer outra medida.
- c) deverá devolver o mandado sem cumprimento de imediato.
- d) deverá devolver o mandado sem cumprimento somente após três tentativas de localização.
- e) deverá intimar o exequente a apresentar novo endereço do executado.

47. Cláudia foi recém-empossada no cargo de Analista no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Foi lotada, inicialmente, em uma vara cível da capital e atuará assessorando o juízo na realização de audiências de instrução e julgamento. Em determinado processo, houve controvérsia quanto à prova testemunhal. Sobre o tema, Cláudia estará correta se afirmar que

- a) Não se admite a prova testemunhal para comprovação de vícios de consentimento nos contratos em geral.
- b) Salvo disposição especial em contrário, as testemunhas devem ser ouvidas de forma virtual.
- c) O juiz somente pode inquirir a testemunha depois da inquirição feita pelas partes.
- d) Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.
- e) O depoimento das testemunhas deverá ser documentado por meio de gravação.

48. A empresa X, com sede em Barra Mansa/RJ, ajuizou ação em desfavor da empresa Y, com sede em Magé/RJ, por contrato celebrado em Niterói/RJ. A ação, sem justificativa plausível, foi ajuizada na capital do Estado. De acordo com o Código de Processo Civil, o ajuizamento em foro aleatório

- a) constitui faculdade do autor, cabendo ao réu alegar a incompetência absoluta.
- b) constitui faculdade do autor, cabendo ao réu alegar a incompetência relativa.
- c) constitui prática abusiva que justifica a declinação de competência de ofício.
- d) constitui prática abusiva que justifica a condenação em litigância de má-fé, mas não autoriza a declinação de competência de ofício.
- e) não constitui prática abusiva, mas autoriza a declinação de competência de ofício.

49. Ajuizada ação de improbidade administrativa, o juízo acolheu pedido do Ministério Público de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário. Considerando os aspectos processuais da lei 8.429/1992, a ordem de indisponibilidade de bens, dentre as alternativas, deverá priorizar

- a) o bloqueio de contas bancárias.
- b) veículos de via terrestre.
- c) bens imóveis.
- d) semoventes.
- e) pedras e metais preciosos.

50. Julgado procedente e transitado em julgado o pedido de danos morais, Paula requereu o início do cumprimento de sentença a fim de receber a quantia de R\$ 5.000,00. Pedro, o executado, foi intimado para pagamento da quantia e agora pretende impugnar o pleito de Paula. De acordo com o Código de Processo Civil,

- a) A apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença depende da prévia garantia do juízo.
- b) A apresentação de impugnação impede a prática dos atos executivos.
- c) É vedada a alegação de ilegitimidade de parte.
- d) Não se admite a concessão de efeito suspensivo à impugnação ao cumprimento de sentença.
- e) Quando o executado alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante da sentença, cumprir-lhe-á declarar de imediato o valor que entende correto.

DIREITO PENAL*Antônio Pequeno*

51. Um indivíduo, brasileiro, falsificou um documento público de um município brasileiro em um país estrangeiro. Nessa situação hipotética, quanto à aplicação da Lei penal no espaço marque a alternativa correta

- a) não pode ser aplicada a lei brasileira, já que o crime foi cometido em país estrangeiro.
- b) poderá ser aplicada a lei brasileira, com base no princípio da territorialidade temperada.
- c) poderá ser aplicada a lei brasileira pelo princípio da extraterritorialidade incondicionada.
- d) poderá ser aplicada a lei brasileira, desde que o autor do crime não seja julgado no estrangeiro.
- e) não poderá ser aplicada a lei brasileira, tendo em vista ser um crime contra a fé pública.

52. De acordo com o Código Penal, são crimes contra a fé pública, exceto

- a) Falsificação de documento público.
- b) Falsificação de documento particular
- c) Falsidade ideológica.
- d) Adulteração de sinal identificador de veículo.
- e) Fraude processual.

53. Ricardo resolve adulterar sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, de modo a averbar que teria iniciado a trabalhar um ano antes no seu primeiro vínculo empregatício, com vistas a antecipar sua aposentadoria, quando for o caso.

A conduta de Ricardo é considerada

- a) crime de falsificação de documento particular.
- b) crime de falsificação de documento público.
- c) atípica porque ainda não pleiteou a aposentadoria junto ao INSS.
- d) crime de falsidade ideológica, prevista no artigo 299 do Código Penal.
- e) crime de uso de documento falso.

54. Romeu, servidor público, com intuito de comprometer a credibilidade de concurso público, permitiu que terceiros não autorizados tivessem acesso a seu conteúdo sigiloso. Nesse caso, Renato deve responder por delito de

- a) concussão.
- b) fraude em certame de interesse público.
- c) peculato.
- d) violação de sigilo funcional.
- e) condescendência criminosa.

55. Considere as seguintes situações hipotéticas:

I. Tício opôs-se à execução de ato legal, mediante violência, contra Eduardo, empresário que ali estava prestando auxílio a Gabriel, oficial de justiça competente para executar o referido ato.

II. Claudionor exigiu para si alguma vantagem de Elisabete, a pretexto de influir em ato praticado por Rafael, funcionário público, no exercício da função que ele desempenhava.

Diante do exposto, e com base nas informações acima, em tese, Tício

- a) praticou o crime de lesão corporal culposa e Claudionor praticou o crime de concussão.
- b) praticou o crime de desacato e Claudionor praticou o crime de peculato.
- c) não praticou qualquer crime, pois Eduardo não é funcionário público, enquanto Claudionor praticou o crime de advocacia administrativa.
- d) praticou o crime de desobediência e Claudionor praticou o crime de condescendência criminosa.
- e) praticou o crime de resistência e Claudionor praticou o crime de tráfico de influência.

56. Relativamente aos crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), é correto afirmar que:

- a) constitui crime de abuso de autoridade o cumprimento de mandado de busca domiciliar após as 21h e antes das 05h.

b) constitui efeito da condenação a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública pelo período de vinte anos.

c) a ação penal será pública condicionada à requisição do ofendido.

d) a suspensão condicional do processo é vedada nos crimes de abuso de autoridade.

e) constitui crime de abuso de autoridade o responsável pelas investigações divulgar a atribuição de culpa, mesmo após concluídas as apurações e formalizada a acusação.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

57. Conforme as disposições do Código de Processo Penal, caso uma nova lei processual entre em vigor durante a tramitação de um processo penal, é correto afirmar que:

- a) Os atos processuais realizados antes da vigência da nova norma devem ser repetidos, se incompatíveis com as disposições trazidas pela lei posterior.
- b) Todos os atos processuais realizados sob a legislação anterior devem ser repetidos, ainda que a modificação legislativa não tenha relação com o conteúdo dos atos praticados.
- c) A repetição dos atos processuais já concluídos dependerá de decisão judicial fundamentada, considerando a conveniência para o andamento do processo.
- d) Os atos processuais realizados conforme a lei anterior devem ser mantidos.
- e) Os atos processuais realizados sob a lei anterior poderão ser mantidos, desde que haja concordância entre acusação e defesa, observando-se o princípio da retroatividade da norma mais benéfica.

58. Com base nos princípios que norteiam o processo penal brasileiro, de acordo com a doutrina e o Código de Processo Penal, indique a alternativa correta:

- a) O princípio do *in dubio pro societate* fundamenta a sentença penal e admite a condenação mesmo diante de dúvida razoável quanto à autoria ou materialidade do delito.
- b) O princípio da oficialidade impede que a vítima apresente representação nos crimes cuja ação penal seja pública condicionada.
- c) O princípio da ampla defesa limita-se à atuação do advogado do réu, não abrangendo o direito de defesa pessoal do acusado.
- d) O princípio do contraditório assegura ao acusado o conhecimento dos atos processuais e a oportunidade de se pronunciar sobre eles.
- e) A deficiência na defesa técnica do réu configura hipótese de nulidade absoluta do processo.

59. No que se refere ao inquérito policial, especialmente quanto à realização de diligências investigatórias, é correto afirmar que:

- a) Somente o ofendido, de maneira pessoal, pode solicitar diligência à autoridade policial, que deverá executá-la desde que compatível com a legalidade e os bons costumes.
- b) O ofendido ou o indiciado, individualmente, podem solicitar diligências à autoridade policial, que estará obrigada a realizá-las se não houver violação à legalidade ou aos bons costumes.
- c) O ofendido, seu representante legal e o indiciado têm legitimidade para solicitar diligências à autoridade policial, que deverá realizá-las, desde que não contrariem a lei ou a moral pública.
- d) O ofendido, seu representante legal e o indiciado podem requerer diligências à autoridade policial, que deverá realizá-las, desde que compatíveis com a legalidade e os bons costumes.
- e) O ofendido, seu representante legal e o indiciado podem requerer diligências à autoridade policial, cabendo à autoridade decidir, a seu critério, sobre a realização delas.

60. A respeito da ação penal e de seus princípios, conforme o Código de Processo Penal e a doutrina, indique a alternativa CORRETA:

- a) A ação penal pública incondicionada somente pode ser ajuizada após manifestação expressa da vítima ou de seu representante legal.
- b) Na ação penal de iniciativa privada, a renúncia ao direito de queixa em relação a um dos acusados não se estende aos demais.
- c) A retratação da representação da vítima é admitida em qualquer fase processual, independentemente do recebimento da denúncia.
- d) Na ação penal pública condicionada, o Ministério Público somente pode atuar mediante prévia representação da vítima.
- e) A ação penal privada subsidiária da pública é cabível sempre que o Ministério Público deixar de oferecer a denúncia no prazo de 10 dias.

61. Considerando as disposições contidas nos arts. 218 a 225 do Código de Processo Penal, escolha a alternativa CORRETA acerca da prova testemunhal:

- a) A testemunha que não compreender a língua portuguesa será dispensada de prestar depoimento.
- b) Caso a testemunha, devidamente intimada, não compareça sem apresentar justificativa plausível, o juiz poderá determinar sua condução coercitiva por oficial de justiça.
- c) As pessoas que, em razão de enfermidade ou idade avançada, não puderem comparecer para depor, estarão dispensadas da obrigação de testemunhar.
- d) Membros do Poder Judiciário podem optar livremente por prestar depoimento de forma escrita.
- e) A testemunha que deixar de comparecer injustificadamente poderá ser condenada ao pagamento das custas da diligência, mas não estará sujeita à multa.

62. Considerando o tema dos sujeitos do processo penal e as disposições previstas no Código de Processo Penal, indique a alternativa correta:

- a) Compete ao Ministério Público promover tanto a ação penal pública quanto a ação penal privada.
- b) O juiz exerce a função de garantir o cumprimento da lei no curso do processo penal.
- c) O réu que estiver foragido poderá ser processado sem a presença de defensor, desde que tenha sido citado por edital.
- d) O acusado que não comprovar hipossuficiência econômica deverá arcar com os honorários do defensor dativo fixados pelo magistrado.
- e) Como regra, os advogados e solicitadores não são obrigados a aceitar a nomeação judicial para atuar na defesa de acusados.

63. De acordo com as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que o processo poderá ter andamento mesmo sem a presença do acusado que:

- a) Tendo sido pessoalmente citado ou intimado para qualquer ato, deixar de comparecer sem apresentar justificativa, ou, ao mudar de endereço, não comunicar o novo domicílio ao juízo.
- b) For citado por edital e não comparecer nem constituir defensor.
- c) Residir no exterior, em local conhecido, e for citado por meio de carta rogatória.
- d) Estiver em país estrangeiro, com endereço certo, e for citado por carta precatória.
- e) Encontrar-se no exterior, com endereço conhecido, e for citado por hora certa.

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

64. De acordo com o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Parte Judicial), é correto afirmar que:

- a) O servidor remunerado pelos cofres públicos poderá receber diretamente valores de custas e emolumentos, desde que autorizado pelo magistrado responsável pela serventia.
- b) As serventias judiciais devem manter, em local visível, quadro informativo contendo as tabelas de custas e emolumentos, bem como orientações para denúncia de irregularidades à Corregedoria-Geral da Justiça.
- c) O recolhimento de custas e taxa judiciária deve ocorrer imediatamente após o ato processual, mesmo que haja paralisação bancária, sob pena de falta funcional.
- d) As informações sobre custas e emolumentos só precisam ser divulgadas internamente aos servidores da serventia, não ao público externo.
- e) A ausência de afixação do quadro informativo não constitui irregularidade, por tratar-se de mera recomendação administrativa, e não de dever legal.

65. Nos termos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Parte Judicial), a gerência do cartório deve orientar-se por princípios e objetivos administrativos voltados à eficiência e ao aprimoramento dos serviços judiciais.

Assinale a alternativa correta quanto a esses objetivos.

- a) A gerência cartorária deve priorizar a autonomia dos setores e a diversidade de métodos de trabalho, valorizando a pluralidade de rotinas entre serventias.
- b) A simplificação dos procedimentos e a capacitação dos servidores são metas essenciais da gestão cartorária, que também busca fortalecer a liderança do chefe de serventia.
- c) O foco da gestão cartorária deve ser exclusivamente o controle disciplinar de servidores, sem interferência na metodologia de trabalho adotada por cada unidade.
- d) A padronização das rotinas cartorárias é incompatível com o princípio da eficiência, devendo cada serventia definir livremente suas próprias práticas.
- e) A função gestora do chefe de serventia é meramente formal, sem relevância para o aprimoramento dos serviços judiciais.

66. De acordo com o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Parte Judicial), é correto afirmar quanto à forma das petições e às hipóteses de juntada impossível:

- a) A ausência de indicação do órgão jurisdicional no cabeçalho da petição não impede sua juntada, por se tratar de vício meramente formal.
- b) A petição recebida por e-mail funcional da serventia poderá ser juntada normalmente, independentemente de autorização expressa, desde que assinada digitalmente.
- c) É considerada de juntada impossível a petição destinada a processo cuja competência já tenha

sido declinada e cuja baixa tenha sido lançada no sistema.

d) As petições podem ser redigidas em qualquer tamanho de papel, não havendo preferência por formato.

e) A petição física que contenha pedido de distribuição por dependência sempre será juntada, ainda que o pedido ainda não tenha sido deferido.

67. Nos termos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Parte Judicial), acrescido pelo Provimento CGJ nº 45/2023, é correto afirmar sobre a atuação das equipes durante os plantões judiciais:

a) Durante o plantão, as atividades cartorárias são regidas pelos princípios da celeridade e da informalidade, dispensando o uso do padrão de processamento integrado.

b) Compete à equipe processante realizar o cadastro, no sistema informatizado, das ações ajuizadas fisicamente durante o plantão, as quais deverão ser convertidas em processos eletrônicos.

c) A gerência da equipe plantonista deve priorizar a autonomia dos servidores e a diversidade de rotinas, evitando padronização e uniformização de procedimentos.

d) O responsável pela equipe não exerce função gestora, limitando-se à supervisão administrativa de natureza formal.

e) As atividades cartorárias do plantão têm caráter meramente facultativo, podendo ser substituídas por despachos eletrônicos automáticos após o expediente.

68. De acordo com o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Parte Judicial), assinale a alternativa correta quanto aos prazos aplicáveis ao cumprimento de atos judiciais:

- a) O prazo para cumprimento de precatórias e alvarás é de 10 dias, prorrogável por igual período a critério do juiz da causa.
- b) As precatórias e os alvarás devem ser cumpridos no prazo máximo de 20 dias, salvo se houver determinação judicial diversa.
- c) O prazo para resposta a expediente do Juízo é de 10 dias, podendo ser reduzido pelo Corregedor-Geral.
- d) O cumprimento de precatórias e alvarás deve ocorrer em até 48 horas, independentemente de despacho judicial, sob pena de responsabilidade funcional.
- e) Salvo disposição legal ou determinação judicial em contrário, o prazo para cumprimento de precatórias e alvarás é de 30 dias, excetuado o alvará de soltura, e o prazo para resposta a expediente do Juízo é de 5 dias.

69. De acordo com o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Parte Judicial), é permitido que, nos Juizados Especiais Cíveis, inclusive adjuntos, certos atos processuais sejam comunicados por meios alternativos, como aplicativos de mensagem ou ligação telefônica.

Sobre essa forma de comunicação, assinale a alternativa correta.

- a) Os atos de comunicação, mesmo que de mero expediente, só poderão ocorrer por meio físico ou eletrônico oficial, sendo vedado o uso de aplicativos de mensagem.
- b) A comunicação por aplicativos poderá ser realizada por qualquer servidor, sem necessidade de autorização ou registro nos autos.
- c) O horário para comunicação por ligação ou aplicativo é livre, prescindindo de autorização judicial.

d) O uso de aplicativos e ligações é permitido inclusive para intimações de decisões recorríveis, desde que o servidor registre o contato nos autos.

e) É admitida a comunicação de atos de mero expediente e decisões não recorríveis por aplicativos de mensagem ou ligação telefônica, desde que haja anuência prévia da parte, identificação segura do destinatário, certificação nos autos e observância do horário de expediente, salvo autorização expressa do juiz.

70. Conforme o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Parte Judicial), é correto afirmar quanto aos procedimentos adotados nos Juizados Especiais Criminais (JECRIMs):

- a) O esclarecimento da Folha Penal deve ser feito verbalmente pelo servidor responsável, dispensando a emissão de certidão circunstanciada.
- b) A ciência ao ofendido sobre o prazo decadencial do direito de representação é de competência exclusiva do magistrado, não podendo ser realizada pela serventia.
- c) A ausência de realização de audiência dispensa a imediata comunicação às partes, devendo o novo agendamento ocorrer por decisão posterior do juiz.
- d) A obtenção de acordo civil ou renúncia em audiência preliminar suspende a conclusão dos autos até manifestação do Ministério Público.
- e) Nos JECRIMs, as intimações podem ser realizadas por carta com Aviso de Recebimento ou por aplicativo de mensagens aceito pela parte, e as citações por mandado acompanhado de cópia da denúncia ou queixa, conforme a regra do art. 68 da Lei nº 9.099/95.

Discursiva

Texto Motivador

O regime jurídico administrativo, traço distintivo do Direito Administrativo, caracteriza-se pela sua bipolaridade, alicerçada nos princípios da supremacia do interesse público sobre o privado e na indisponibilidade do interesse público. De um lado, encontram-se as prerrogativas, que outorgam à Administração uma posição de superioridade; de outro, situam-se as sujeições, que impõem restrições à atuação estatal. A manutenção desse equilíbrio é crucial para a concretização dos direitos fundamentais e para a gestão ética.

Comando da Questão: Considerando a natureza dual do Regime Jurídico Administrativo, disserte sobre a necessidade de conciliar as prerrogativas e as sujeições da Administração Pública, analisando como os princípios constitucionais explícitos e implícitos atuam como balizadores da legitimidade e da moralidade da gestão pública no Brasil.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>